



Gênero, Sexualidades, Poder e Subjetivação nos Discursos Escolares e Religiosos

Evanilda Pedrosa, Floriano Barboza Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

vanynh4@hotmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 2 - ETNIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

A presente proposta busca refletir sobre as categorias analíticas de gênero e sexualidade no âmbito dos discursos escolares e religiosos. O ponto de partida concentra-se no conceito de gênero, fundamentado nos estudos de Freud, Foucault, Butler e Louro. As concepções apresentadas resultam das leituras desses referenciais teóricos, que subsidiam o escopo desta pesquisa. Nesse processo, foram destacados diversos aspectos relevantes para a construção epistemológica aqui proposta, a partir das discussões desenvolvidas no componente curricular *Epistemologia e Construção do Conhecimento* do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Religião

Submetido em: 11/10/2025 | **Aceito em:** 10/11/2025

INTRODUÇÃO

“A manifestação da sexualidade [...] estabeleceu esta noção de sexo”. (Foucault, 1988)

No cenário contemporâneo, as relações em torno das configurações de gênero e sexualidade ocupam lugar central em um intenso e acalorado debate. No Brasil, essas tensões são atravessadas por discursos ideológicos conservadores, pelo fundamentalismo religioso e pelo patriarcado, que atuam como instâncias normativas e de controle social. No Brasil, tais tensões são subsidiadas pelos discursos ideológicos conservadores, dos fundamentalistas religiosos e pelo patriarcado. Deste modo, a presente proposta de pesquisa se propõe a desenvolver um recorte epistemológico sobre as concepções de gênero e sexualidade a partir dos estudos de Foucault, Deleuze, Guattari, Louro e Butler. A escolha inicial por essas bases teóricas decorre das leituras realizadas até o momento, sem excluir possíveis alterações no decorrer da investigação. Tais referenciais entendem gênero e sexualidade como construções discursivas e



históricas (FOUCAULT; BUTLER), rejeitando essências ou verdades fixas, o que permite analisar como discursos escolares e religiosos participam da produção de sujeitos e da normatização de condutas.

O interesse por esses estudos, parte da proposta de pesquisa doutoral em andamento no Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA/UNEB/UFBA) intitulada provisoriamente *Entre o Sagrado e o Profano: A Construção do Gênero e Sexualidades nos Discursos Escolares e Religiosos*. Deste modo, a relevância desta pesquisa é múltipla, pois em termos acadêmicos, o estudo contribuirá para os campos de estudos de gênero, sexualidade, educação e religião, oferecendo uma análise crítica das interações entre esses discursos em contextos específicos.

Historicamente, a Igreja tem ocupado posição privilegiada no controle social dos sujeitos e dos corpos. A leitura tradicional da Bíblia frequentemente associa-se à condenação de mulheres insubmissas e de práticas homossexuais, ao mesmo tempo em que legitima a autoridade masculina, reforçando estruturas de machismo e sexismo. Contudo, é possível questionar: todos os autores bíblicos seriam guias confiáveis nessa questão? Os argumentos da Igreja em defesa do patriarcado, da heterossexualidade compulsória e do modelo de família nuclear não estariam condicionados às limitações culturais de seu tempo? De modo semelhante, a escola, ao reproduzir narrativas impregnadas de fundamentalismos judaico-cristãos, não acaba por legitimar práticas excludentes?

Desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como "política de identidades" (STUART HALL, 1997 *apud* LOURO, 2000, p.4).

A urgência desse debate é reforçada por dados recentes do *Mapa da Violência no Brasil*, que evidenciam o aumento de casos de violência doméstica,



feminicídios, abusos sexuais e crimes de homofobia. Estatísticas indicam que aproximadamente 42,7% das violências domésticas ocorrem em lares de famílias protestantes e 32% em lares católicos. Além disso, 76% da população LGBTQIAPN+ já sofreu algum tipo de violência no espaço escolar. Em 2024, o país registrou mais de 17,5 mil casos de crimes sexuais. Esses números revelam a emergência e a necessidade dos estudos sobre gênero e sexualidade no contexto brasileiro, sobretudo quando articulados aos discursos religiosos e educacionais.

Gênero: Discurso, Poder e Subjetivação

“O sujeito não é um dado, mas uma construção resultante de práticas discursivas e relações de poder (FOUCAULT, 1982).”

O interesse peculiar pelos estudos de gênero e sexualidades nos espaços escolares e religiosos partem das múltiplas vivências desta pesquisadora. Marcada por uma trajetória de vida onde os discursos religiosos serviram como fundamentalismo para justificar as inúmeras violências atribuídas aos papéis sociais de gênero no cotidianamente familiar, tais inquietações partem de um campo subjetivo, sendo tais inquietações uma representação do grito de liberdade em nome de toda ancestralidade.

Nossa sociedade é generificada, ou seja, as relações de gênero são constituintes das relações sociais, bem como a sexualidade e outros marcadores como raça, geração e classe, conforme já assinalado. Todos os artefatos culturais – novelas, revistas, legislação, mídias sociais, livros escolares, propagandas, notícias, imagens, políticas públicas etc. – são portadores de pedagogias da sexualidade e do gênero (Louro, 2000).

No discurso do aparato religioso, a mulher sábia é aquela que se submete aos silenciamentos, realiza sem questionar os afazeres domiciliares, cuida dos filhos e que tolera as violências em nome do “amor”, que “tudo suporta”, pois ela será “virtuosa”. Em nome desse amor, a nós mulheres, nos é ensinado que o pátrio poder familiar é masculino, o corpo feminino passa a pertencer ao marido a partir dos laços matrimoniais, que sexo antes do casamento é pecado, é imoral, que corpos que subvertem a heteronormatividade serão lançados no seol. Tais discursos



discorrem em nome do “amor” puro, divino, mas que em suas subjetividades estão impregnadas de práticas machistas, sexistas, as imposições do patriarcado, a política de regulação e controle dos corpos, a repressão do desejo e o sexo como elemento de procriação e perpetuação da linhagem familiar, a continuação da espécie humana. As encruzilhadas de gênero no contexto religioso, nos remete aos estudos psicanalíticos de Freud (2014),

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. [...]. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 2014, p.92)

Nesse sentido, as discussões teóricas produzidas por esses debates possibilitarão a crítica ao patriarcado e aos seus valores heteronormativos. O corpo será posto como elemento de estudo para além do fato biológico, do masculino e do feminino, o desejo será convidado a rasgar o “véu” da repreensão religiosa entre o sagrado e o profano, em uma análise mais densa de como os discursos são (re)produzidos nos contextos escolares e religiosos. Assim, “o discurso religioso, como o jurídico e o científico, participa da construção de verdades e da regulação dos corpos e prazeres.” (Foucault, 1988, p. 15)

A ofensiva conservadora que verificamos em nosso país, envolve especialmente as questões de gênero e sexualidade, pois se articula a um projeto de sociedade que não tem a garantia de direitos humanos no seu horizonte. No atual cenário vimos crescer a reação das ofensivas da bancada evangélica na “defesa” de Deus e da família tradicional, ocultando o escarnio das inúmeras violências de gênero em nome da moralidade cristã. Às meninas é imposto um lugar social de subordinação aos desejos masculinos. Ainda a espera delas uma preparação para os serviços domésticos, o casamento e a maternidade. Às mulheres ainda cabe a responsabilidade do mundo privado. Não há como negar que o a categoria gênero entrelaça nos marcadores sociais e culturais,



impactando na reprodução de violências e violação dos direitos. “As normas religiosas são parte dos regimes discursivos que regulam o gênero e a sexualidade, produzindo sujeitos que se conformam ou são punidos.” (Butler, 2004, p. 42)

No cenário brasileiro estes discursos são multifacetados. Por um lado, está a repressão aos corpos que fogem a heteronormatividade, do outro lado, está o reforço da subordinação feminina por meio da religião. Para Gouvêa (2008),

[...] o discurso fundamentalista continua hoje a recomendar e sustentar o patriarcalismo, rejeitando o feminismo e a emancipação feminina como malignos e maléficos para a sociedade humana, negando à mulher o direito à ordenação ao oficialato em instituições religiosas, o direito a realiza-se profissionalmente e, em alguns casos extremos, até mesmo o direito ao estudo universitário profissionalizante, rejeitando o divórcio como alternativa lícita para a busca da felicidade e realização pessoal, e propondo que a felicidade das mulheres, mesmo na sociedade contemporânea está em aceitar a condição de esposas e mães (entende-se, mães casadas), e de auxiliarem os homens, sempre submissas e sujeitas aos mesmos, posicionamento supostamente defensável a partir de citações bíblicas segundo o modelo atomístico do pinçamento de texto-prova (*dicta probanda*), modelo este há muito tempo condenado pela teologia bíblica e pela teologia exegética (GOUVÊA, 2008, p.17-18).

Por muitos anos, a reflexão sociológica foi guiada pela compreensão de que toda explicação casual das relações humanas, das práticas sociais, deveria ser feita no marco de referência de alguma causa social situada para além dos sujeitos da prática social em questão. “O gênero é uma construção social e cultural a serviço da dominação das mulheres pelos homens” (Butler, 2024, p.48). Se por um lado as teorias procuram reforçar o argumento de que as identidades de gênero, enquanto práticas discursivas historicamente determinadas, moldam significativamente a atuação dos sujeitos (individuais e coletivos). De outro, trabalha-se com a noção de que as descrições que compõem a identidade social “entram e saem de cena” sob o pano de fundo das possibilidades interpretativas disponíveis nos mais diversos contextos.



Para Foucault (1999), o sujeito produz-se nas relações de poder como um efeito do discurso. Assim, ele não tem controle sobre o seu discurso, tornando-se sólido a partir dos espaços que ele ocupa, ou seja, ele não faz o que quer, mas aquilo que lhe é permitido dentro do seu grupo. Neste sentido, quando tratamos do gênero e sexualidades é quase impossível conter os discursos distorcidos pela sociedade e especialmente no seio das religiões judaico-cristãs.

É, portanto, diante destes discursos que o ser humano transforma a realidade de grupos minoritários em práticas sociais violentas. Podemos elucidar a ideia do Foucault (1996) quando ele chamou de dispositivo da sexualidade, pelo qual a sexualidade seria produzida e regida, assim como o sexo, e disciplinada. Este fato é marcadamente perceptível nas igrejas quando conduz seus discursos para o controle dos corpos, da sexualidade e das relações sexuais como uma relação de domínio e poder sobre outros. O autor enfatiza que o dispositivo da sexualidade englobaria “discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo” (Foucault, 1996, p.96). Este acalorado debate implicam uma multiplicidade de questões que elucidam o desejo da liberdade dos corpos, do desejo e da sexualidade.

A produção do gênero e sexualidades, nesse sentido, é vista como uma máquina social de captura do desejo — um desejo que, se liberto, abriria caminhos para subjetividades múltiplas, não normativas e politicamente subversivas. Para Butler (2024) o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Segundo a autora o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pela qual “a natureza sexuada” ou “o sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. Neste viés, o sexo não é um dado biológico natural e anterior à cultura,



mas sim uma construção discursiva que, assim como o gênero, é produzido por práticas sociais, políticas e culturais.

Em uma contribuição mais crítica aos estudos de gênero, Butler desestabiliza as certezas em torno das categorias de “homem” e “mulher” como naturais e universais. Em vez disso, aponta que essas categorias são normativas, moldadas por práticas discursivas que regulam corpos, desejos e subjetividades. Ela aponta que a matriz heterossexual é o sistema que ao produzir um sexo binário, sustenta o gênero binário e, por fim, a normatividade da heterossexualidade.

Segundo Butler (2000), gênero é performativo, ou seja, é fabricado por normas que modulam repetições e assim também fabrica subjetividades constituídas por essas normas. Gênero não é algo a se apropriar ou a largar, este existe em “ato”. Não um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, uma prática reiterativa e citacional. Sendo fabricadas na cultura a partir de repetições, as relações de gênero estão sempre em movimento constante de fabricação, resultando de forças culturais, de normas que se propagam através de pedagogias culturais. São um conjunto de práticas que se fazem e se repetem no dia a dia, assumindo um ar de neutralidade, como se assim tivessem existido, e estivessem traçadas em nosso mapa genético.

Em sua visão, a distinção entre o sexo e o gênero devem ser repensadas, pois o próprio sexo é uma categoria performativa, produzida culturalmente, e não uma base biológica fixa. Em sumo, essas leituras abrem espaços para novas possibilidades de existência, fora das normas binárias e heteronormativas que regem os corpos e as identidades. A cultura, nesse sentido, não age sobre a base natural (o sexo), mas participa de sua constituição. Portanto, tanto o sexo quanto o gênero são efeitos de discursos, ou seja, são performativamente produzidos dentro de regimes de “verdade” e poder. “A religião, muitas vezes, tornou-se lugar de reforço das desigualdades, quando suas narrativas servem para condenar ou excluir em nome da moral” (Bingemer, 2014, p. 109).

Portanto, os valores religiosos estão fortemente relacionados com a possibilidade (ou não) de afirmação dos direitos dos adolescentes e jovens ao exercício da sexualidade e trânsitos de gênero. Desta forma, ao pensarmos sobre



as dinâmicas de poder que envolvem as questões de gênero em nosso país, é fundamental extrapolarmos um entendimento de infância e juventude universal, mas que considere diferentes perspectivas e seus atravessamentos de classe, religião, sexualidade, pertença étnico-racial e geração, pois isso fará toda a diferença na reflexão e ação sobre os sujeitos imersos nessas vivências no percurso de desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade* – 27ª ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2004.

BINGEMER, Maria Clara. *O mistério e o mundo: Paixão por Deus no tempo da descrença*. São Paulo: Rocco, 2014.

FOUCAULT. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. M. T. da Costa Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque Tradução. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. M. T. da Costa Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque Tradução. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREUD, Sigmund e Ludwig Binswanger. *Correspondance 1908-1938*. Paris, Calmann-Lévy, 1995.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.